

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Braziliense Class.: ECO-92 48

Data: 08/06/92 Pg.: 10

Decisões da Rio-92 são criticadas pelos índios

Rio — Líderes indígenas de várias nações protestaram, na manhã de ontem, contra as decisões que estão sendo tomadas no Riocentro, onde está a cúpula da Rio-92. Os índios redigiram um manifesto com várias reivindicações em relação à demarcação de terras, aproveitamento dos recursos naturais de seus territórios e direito à assistência médica. O manifesto foi entregue ao senador republicano John Portr pelo cacique caiapó Tutu Pombo, da Tribo do Xingu.

O democrata norte-americano Gerry Sikorsky, em um discurso após a entrega do documento, garantiu aos líderes indígenas que os congressistas norte-americanos vão estudar com todo carinho e atenção o manifesto e encami-

nhá-lo ao presidente George Bush.

Segundo o coordenador dos Assuntos Indígenas do Parlamento da Terra, Jorge Terena, o manifesto não pretende influenciar os chefes de Estado porque as discussões do Riocentro já estão todas organizadas. O que os índios pretendem é chamar a atenção para suas insatisfações.

Indignação — As principais lideranças indígenas do País que participam da Rio-92 e do Fórum Global reagiram com perplexidade e indignação à matéria da revista *Veja*, desta semana, que acusa o cacique caiapó Paulinho Paiacan, Prêmio Global 500 da ONU em 1990, de ter estuprado e sequestrado uma jovem branca, Sílvia Leticia da Luz Ferreira.

Juiz decide se prende cacique

Redenção (PA) — O juiz José Maria Teixeira decide hoje se decreta ou não a prisão preventiva do cacique Paulinho Paiacan, um dos principais líderes dos índios caiapós acusado de ter estuprado a estudante Sílvia Leticia da Luz Ferreira no último dia 31. Ontem, o clima na cidade, localizada a 750 quilômetros ao sul de Belém, era de muita tensão e expectativa. Segundo a promotora Lúcia Bueno, caso a prisão preventiva seja decretada, teme-se uma represália dos caiapós, que já ameaçaram invadir a cidade em duas ocasiões anteriores.

Segundo a promotora Lúcia Bueno, além do medo de uma possível invasão, pesa na decisão

do juiz sobre o pedido de prisão preventiva a dúvida sobre se a Justiça pode ou não processar Paiacan. Sendo índio não emancipado, ele seria inimputável pelos crimes previstos na lei brasileira, de acordo com o texto de abertura do Código Penal, de 1940. A promotora, no entanto, discorda dessa interpretação.

"Duas leis determinam que as comunidades indígenas e a Funai têm que votar a emancipação do índio. Mas a Constituição estabelece que à medida que o índio se integra à sociedade ele é emancipado. Só não diz se de forma legal ou jurídica. No caso de Paiacan, tenho a convicção de que está muito mais emancipado do que eu", observa a promotora Lúcia Bueno.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sydney Possuelo, disse que "é preciso saber o nível de compreensão que Paulinho tem da sociedade".